

## POLÍTICA IDENTITÁRIA E TEORIA RACIAL CRÍTICA NÃO TEM LUGAR NAS FORÇAS ARMADAS DOS EUA

*Tradução e adaptação por Albert Caballé Marimón\**



*O então vice-almirante da U.S. Navy, Michael M. Gilday, testemunha perante o Comitê de Serviços Armados do Senado dos EUA em 31 de julho de 2019 em Washington, D. C. (Foto: Win McNamee/Getty).*

*A beleza do serviço militar é que o objetivo uniforme e comum suplanta o agrupamento por identidades individuais de cor, classe, gênero ou religião. A teoria crítica da raça levaria os militares na direção errada ao desfazer décadas, ou mesmo séculos, de trabalho para promover uma cultura centrada em equipe.*

O senador Tom Cotton, com razão indignado com o fato de o Departamento de Defesa estar trabalhando para doutrinar militares dos EUA na divisiva teoria racial crítica, apresentou um projeto de lei que proíbe isso.

Como colegas na Câmara que enviaram cartas ao almirante Mike Gilday, chefe de Operações Navais, expressando severa desaprovação da decisão da Marinha de incluir livros sobre teoria racial crítica e outros aspectos da política de identidade nas listas de leitura profissional, Cotton, (Republicano do Arkansas), ex-soldado, demonstrou compreender o efeito corrosivo que tais ensinamentos teriam nas forças armadas dos Estados Unidos.

Em 1968, o líder dos direitos civis Martin Luther King Jr. expressou seu sonho de que um dia as pessoas “não serão julgadas pela cor de sua pele, mas pelo conteúdo de seu caráter”. É uma mensagem poderosa referenciada de forma consistente por todos que buscam a verdadeira igualdade em diversas populações.

King, como tantos outros antes e desde então, que defenderam um povo unificado em nosso grande experimento americano, trabalhou para substituir a identidade por raça, grupo étnico, status econômico, gênero ou religião por uma humanidade compartilhada que valoriza o reconhecimento e respeito mútuos, independentemente das várias características que tendem a segregar as pessoas por tipo.

De muitas maneiras, os militares americanos se esforçam para manifestar o sonho de King de um mundo que valorize as pessoas por seu caráter, identidade compartilhada e compromisso com um propósito nobre comum.

A beleza do serviço militar é que o objetivo uniforme e comum suplanta o agrupamento por identidades individuais de cor, classe, gênero ou religião.

Conheço melhor o Corpo de Fuzileiros Navais dos EUA, porque servi nele por 20 anos, mas todas as Forças têm uma abordagem semelhante para formar uma equipe – ao invés de semear a divisão, concentrando-se nas coisas que separam os indivíduos uns dos outros.

O que uniu todos com quem servi foi a identidade singular de ser um fuzileiro naval dos EUA comprometido com a defesa de nosso país, um país que compreende todo tipo de pessoa de inúmeras origens diferentes.

Não importa de onde você veio. A única coisa que realmente importava entre os fuzileiros navais era se você era competente em seu trabalho, se comprometia com a missão e se era alguém de quem seus companheiros fuzileiros podiam depender.

O serviço militar é realmente o melhor exemplo da América como o proverbial grande caldeirão.

Isso não quer dizer que as forças armadas sejam perfeitas. Como qualquer outro empreendimento humano, são compostas por pessoas que trazem consigo seus conceitos e preconceitos. Mas os militares sabem disso; daí sua ênfase constante na liderança de pequenas unidades, reforço de valores, trabalho em equipe e responsabilidade pessoal.

O Código Uniforme de Justiça Militar, que rege os aspectos legais da disciplina militar, trata amplamente de condutas inaceitáveis, incluindo abuso e desrespeito a terceiros.

Cada chefe de serviço, oficial comandante, líder alistado sênior, escola militar profissional e currículo de treinamento de unidade enfatiza novamente os valores essenciais que caracterizam o serviço militar. É sempre um trabalho em andamento, tanto quanto o nosso país e cada um de nós individualmente.

A teoria crítica da raça, no entanto, moveria os militares na direção errada ao desfazer décadas, até mesmo séculos, de trabalho para promover uma cultura centrada em equipe.

Ao insistir incansavelmente e reforçar identidades específicas – defendendo alguns, enquanto deprecia outros, e exigindo certos níveis de representação em empregos, posições e campos ocupacionais, conforme definido por essas identidades – o que os defensores da política de identidade realmente fazem é minar exatamente o que eles supostamente querem fazer avançar; ou seja, igualdade entre os povos.

Critérios raciais e de gênero para promoção ou designação para uma posição, por exemplo, fazem as pessoas se perguntarem se a pessoa foi selecionada por mérito ou se apenas conseguiu o emprego porque tinha uma identidade específica.

No último caso, então sua credibilidade e o nível de respeito de que deveriam gozar legitimamente são minados e prejudicados. Eles não são vistos como tendo conquistado a posição devido ao desempenho, competência ou qualidades de liderança.

As pessoas ainda vão saudar e cumprir ordens – mas porque são obrigadas a fazê-lo, não porque a pessoa seja percebida como avaliando tal coisa por seus próprios méritos. Ao enfatizar e sustentar estereótipos, os defensores da identidade racial e de gênero enraízam mais profundamente os preconceitos, acelerando-os e amplificando-os, em vez de neutralizá-los e eliminá-los.

Disciplina militar, conduta esperada e respeito entre e dentro das fileiras são a base de um sistema no qual as forças militares realizam o trabalho porque os uniformizados são lembrados desde o primeiro dia em que vestem o uniforme que um soldado, fuzileiro naval, marinheiro, aviador ou guardião da força espacial é apenas isso – um colega militar que passou pelo mesmo treinamento, teve que atender aos mesmos padrões, servir à mesma Constituição e país e respeitar a mesma bandeira e identidade nacional.

Em suma, o serviço militar já é o grande equalizador.

Programas que enfatizam as diferenças entre os membros do serviço, que impõem uma demanda para que as pessoas se sintam culpadas sobre sua identidade e origem, que elevam um grupo em relação a outro, ou que procuram subordinar um grupo em relação a outro, geram ressentimento ou um sentimento de vitimização ofendida, ou direito a tratamento especial.

Essas iniciativas destroem a estrutura do serviço militar que, de outra forma, une uma população extraordinariamente diversa em um propósito e identidade comuns. A política de identidade é um câncer que corrói a boa ordem e disciplina e as autoridades necessárias inerentes a uma cadeia de comando.

Quando olhamos as pessoas pelas lentes de raça, gênero ou religião, abraçamos o oposto de tudo o que os militares dos EUA buscam, sendo uma equipe cega para raça e gênero que recebe as contribuições de todos aqueles dispostos a servir aos seu país e os leva ao sucesso.

Pensar menos em equipes e mais em indivíduos é uma receita para o fracasso de qualquer militar, mas é exatamente isso que a teoria racial crítica e outras formas de política identitária tentam fazer.

Cotton e os republicanos Jim Banks, de Indiana, Doug Lamborn, do Colorado, e Vicky Hartzler, do Missouri, acertam no alvo ao questionar por que os líderes mais graduados em nossas forças armadas agiriam para danificar a própria base sobre a qual nossos militares formam uma equipe incrível de pessoas com ideias semelhantes dedicadas a uma causa comum, independentemente de origens e características pessoais.

Nossa liderança militar deve se concentrar no propósito central de nossas forças armadas – organizar, equipar e treinar uma força disposta e capaz de defender a nação de ameaças externas – em vez de se atolar na armadilha autodestrutiva da política de identidade.

---

*\*Tradução e adaptação do original de Dakota Wood publicado no The Heritage Foundation.*

---